



Projeto de Cooperação Técnica Internacional

GESTÃO COMPARTILHADA DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO CAIS DO VALONGO E CONCEPÇÃO DE MUSEU DE TERRITÓRIO

PRODOC – 914BRZ4022

Edital nº 01/2019

Perfil – Educação Patrimonial

Contrato nº SA-784/2020

Consultora: Desirree dos Reis Santos

Paper (Site MUHCAB)

Rio de Janeiro – RJ

Dezembro, 2020.

*E o pranto se fez canto*¹: Reflexões sobre ações educativas no Museu da História e da Cultura Afro-brasileira (MUHCAB)

Desirree dos Reis Santos²

Sabes que em cada coração de negro
Há um quilombo pulsando.
(Padê de Exu Libertador. Abdias Nascimento, 1981.)

Resumo: Este artigo apresenta reflexões sobre o desenvolvimento conceitual do Programa Educativo e Cultural do Museu da História e da Cultura Afro-brasileira (MUHCAB), vinculado à Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro e situado na região da Pequena África. Nesse sentido, desenvolve breve contextualização do museu e demonstra elementos resultantes da pesquisa em andamento que visa definir objetivos e pressupostos desse programa com vistas à finalização do Plano Museológico do MUHCAB. Como um museu socialmente responsável, que se baseia em processos participativos de baixo para cima, suas ações educativas pautam-se na construção de um lugar de afeto, encontro e transformação que visibilizem o protagonismo negro, promovam unidade na diversidade e impactem toda a sociedade.

Palavras-chave: Museu da História e da Cultura Afro-brasileira (MUHCAB), Escravidão, Cais do Valongo, Museu de Território, Educação Patrimonial.

Introdução

A crescente demanda pela memória da escravidão em escala global é um fenômeno recente, afirmou a antropóloga Christine Chivallon, referência nesta temática, tendo obras como “L’esclavage, du souvenir à la mémoire” (2012), publicada pelo *Centre International de Recherches sur les Esclavages*³ (CIRESC). Na década de 1990, observa-se uma série de reivindicações pela memória pública da escravidão em várias partes do mundo com diferentes perspectivas, desde implementações de

¹ “E o pranto se fez canto” é verso de *Mãe baiana mãe*, enredo do G.R.E.S. Império Serrano no histórico carnaval de 1983 em homenagem ao matriarcado do samba. Memorável na voz do intérprete Quinzinho, tem os bambas Aluísio Machado e Beto Sem Braço como compositores desse samba.

² Consultora PRODOC/UNESCO de Educação Patrimonial no projeto Gestão compartilhada do sítio arqueológico Cais do Valongo e concepção de Museu de Território. Pesquisadora do Núcleo Multidimensional de Gestão do Patrimônio e Documentação em Museus (NUGEP/UNIRIO). É Doutoranda em Museologia e Patrimônio (UNIRIO), Mestra em História (PUC-Rio) e possui Bacharelado/Licenciatura em História pela UFRJ. Email:desirsantos@gmail.com.

³ O *website* do CIRESC é <<http://www.esclavages.cnrs.fr/>>. Acesso em 21 mar. 2020.

normas jurídicas e projetos educacionais em nome do “dever de memória” na França⁴, até intervenções no espaço público com monumentos, manifestações artístico-culturais e circuitos turísticos nos locais memoriais da escravidão em países africanos, americanos e europeus.

Marco de influência para essa ampliação da temática no debate público é o Projeto Rota do Escravo (RDE), criado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e lançado em 1994 no Benin, com base nas propostas do Haiti e de alguns países africanos⁵. O programa faz parte das ações da UNESCO⁶ em sua missão fundadora de construção da paz, pautada no diálogo e entendimento mútuo entre os povos, por meio da educação, cultura e ciência⁷. O RDE propõe quebrar o silêncio sobre a escravidão, acontecimento que moldou as sociedades modernas: trata-se de uma meta nunca antes enunciada dessa forma, que, num processo planetário de ressurgimento memorial da escravidão, redesenha, entre África, Europa e Américas, as conexões triangulares consideradas precursoras da globalização atual (CHIVALLON, 2012, p.34).

Parte significativa da literatura sobre memória da escravidão aponta como um dos marcos fundamentais a Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, de 2001, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Durban, na África do Sul⁸. Na ocasião, os Estados representados (inclusive o Brasil) declararam o tráfico transatlântico e a escravidão como crimes contra a humanidade e acordaram esforços para implementação de um programa de ação que enfrente o legado desses processos, com propostas de reparação para pôr fim “a estes capítulos obscuros da história” (DECLARAÇÃO...

⁴ Como a Lei Taubira, de 21 de maio de 2001, uma das denominadas “leis memoriais” na França, que dispõe que “a República francesa reconhece que o tráfico negreiro transatlântico, assim como o tráfico no Oceano Índico, de uma parte, e a escravidão, de outra parte, perpetrados a partir do séc. XV, [...] constituem crime contra a humanidade”, determinando que programas escolares e de pesquisa passem a conferir “ao tráfico negreiro e à escravidão o ‘lugar consequente que merecem’” (HEYMANN, 2006, p.11).

⁵ Todo processo que culminou na aprovação do projeto estabelecido em 1993 na 27ª Conferência Geral da UNESCO e lançado em 1994 no Benin é narrado por Ana Lucia Araujo (2010, cap.2). Para maiores detalhes sobre as ações no âmbito do RDE, v. <http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/slave-route/>

⁶ O papel decisivo da UNESCO na configuração contemporânea dos processos de patrimonialização faz parte dos estudos da pesquisadora Regina Abreu (2015).

⁷ Criada em 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, tem suas linhas de ação em resposta a uma guerra marcada pela violência racista e anti-semita. UNESCO in brief – Mission and mandate”. Disponível em: <<https://en.unesco.org/about-us/introducing-unesco>>. Acesso em 23 abr 2019.

⁸ O texto final e os episódios que marcaram as negociações durante a Conferência de Durban fazem parte das reflexões de DOPCKE (2001) e ALVES (2002).

2001, p.31), convidando a comunidade internacional e seus membros, “a honrarem a memória das vítimas destas tragédias [...] como um meio de reconciliação e cura das feridas” (Idem).

O desenvolvimento do Museu da História e da Cultura Afro-brasileira (MUHCAB) também integra este momento de debate sobre memória pública da escravidão em várias partes do planeta⁹. A criação do museu, em 2017, é marcada, ainda, pelo contexto de patrimonialização do Cais do Valongo e sua inscrição na lista de Patrimônios Mundiais da UNESCO, pelo seu valor universal excepcional, ou seja, a importância de sua proteção vai além das fronteiras nacionais, engloba a comunidade internacional e toda a humanidade em suas gerações atuais e futuras¹⁰.

O cais foi principal porto de chegada de africanos escravizados trazidos para as Américas. Classificado como sítio de memória sensível, por estar vinculado à memória de acontecimentos traumáticos, de dor e sofrimento, é considerado o “mais contundente lugar de memória da diáspora africana fora do continente africano” (DOSSIÊ, 2016, p. 13). Seu reconhecimento possibilita inúmeros impactos tanto em escala global como nas ações nacionais e nas locais do município do Rio de Janeiro. Sua “descoberta” e patrimonialização trazem novos olhares para História do Rio de Janeiro e do Atlântico Negro. Se por um lado o Cais é lugar de memória que relembra um trauma histórico e a crueldade humana que jamais deve ser esquecida, por outro, simboliza resiliência, transformação e protagonismo de africanos e afro-brasileiros na construção de uma nação. No dossiê de candidatura, este binômio dor e resistência é destacado, ao vislumbrar o sítio arqueológico Cais do Valongo e sua área de amortecimento.

Todo processo de escravização conviveu com luta pela liberdade. É história de dor, mas não de vítima. É história de luta e afirmação do povo negro. Entender a historicidade desse bem patrimonializado e de seus sujeitos, numa perspectiva educacional dialógica, transformadora e estruturante, é elementar para enfrentamento de desafios contemporâneos no Brasil, uma sociedade marcada pelo racismo estrutural e marginalização da(s) cultura(s) negra(s) na formação de identidade(s) nacional(is). Deve-se, aqui, compreender educação como prática emancipatória e *ato*

⁹ Reflexões sobre desenvolvimento de museus voltados à temática da escravidão no contexto mencionado tem feito parte de trabalhos recentes, como a pesquisa de doutorado desta consultora e análises de pesquisadores como Simone Vassalo e Luz Stella Cáceres.

¹⁰ Referência à Convenção de Paris, de 1972, a Convenção do Patrimônio Mundial. UNESCO, 2013, Apud. LIMA (2015).

de responsabilidade (RUFINO, 2019) que visa pedagogias decoloniais voltadas à “reinvenção dos seres, a partir dos cacos desmantelados, o reposicionamento de memórias e a justiça cognitiva diante do trauma e das ações de violência produzidas pelo colonialismo” (RUFINO, 2018).

Ainda que no Plano Museológico do MUHCAB¹¹ busca-se traçar linhas de pesquisa continuada e propostas práticas de ensino-aprendizagem, o enfoque desse artigo consiste em tecer reflexões do ponto de vista teórico-metodológico sobre o Programa Educativo e Cultural do MUHCAB, na antiga escola José Bonifácio. Como um museu socialmente responsável, que se baseia em processos participativos, suas ações educativas pautam-se na construção de um lugar de afeto, encontro e transformação que visibilizem o protagonismo negro, promovam unidade na diversidade e impactem toda a sociedade. Narrativas em primeira pessoa, reconhecimento e reescrita de uma História que secularmente nos foi negada são pontos basilares desse processo.

1. Por um Museu da História e da Cultura Afro-brasileira.

Criado oficialmente por meio do Decreto Municipal 43.128 de 12 de maio de 2017, o MUHCAB, inicialmente denominado Museu da Escravidão e da Liberdade (MEL), surge pela perspectiva da construção conjunta com a sociedade e, dentro do campo de Museus e Museologia, alia-se conceitual e politicamente aos preceitos da Museologia Social. Foi em novembro de 2018 que o MEL passou a se chamar MUHCAB – Museu da História e da Cultura Afro-brasileira por decisão do Conselho Consultivo do museu¹². E pelo Decreto nº 45.672, de 14 de fevereiro de 2019, que se criou o Instituto da História e da Cultura Afro-brasileira (IHCAB), ao qual o MUHCAB

¹¹ Documento previsto para publicação em 2021. O presente artigo contempla o momento atual desse processo e apresenta reflexões conceituais (com enfoque no Programa Educativo) tendo como base estudos preliminares e norteadores desenvolvidos desde o Grupo de Trabalho responsável por apresentar Plano de Ação para colaborar com a criação do MEL (decreto 42929, de 10 de março de 2017), até as pesquisas e propostas voltadas a estratégia de públicos, de mercado, plano de disseminação e de participação comunitária, planejamento territorial, projeto curatorial, dentre outros elementos que são abordados mais detalhadamente nos produtos de consultores contratados no âmbito do Projeto de Cooperação Internacional PRODOC UNESCO 914BRZ4022 (Gestão Compartilhada do Sítio Arqueológico Cais do Valongo e Concepção do Museu de Território).

¹² Oficialmente a troca de nome acontece no ano seguinte, por meio do Decreto nº 45.786, de 4 de abril de 2019. Todo processo de concepção do museu até o momento (2017 – 2020) pode ser estudado a partir de documentos institucionais a exemplo de relatórios de gestão e produtos resultantes das consultorias vinculadas ao PRODOC UNESCO 914BRZ4022.

passa a ser integrado. Tendo como marco zero o sítio Arqueológico Cais do Valongo, é concebido como um Museu de Território situado na Pequena África a partir de dois elementos-chave: 1) o MUHCAB/Centro de Referência Afro-brasileiro e Afro-Atlântico, sediado na antiga Escola José Bonifácio e 2) Museu a céu aberto, a ser desenvolvido junto a iniciativas integradas no Território e seus lugares de memória.

De forma humanizada e comprometida com o reconhecimento da diversidade como valor, busca quebrar silêncios, lidar com passados sensíveis, com marcas indelévels presentes até os dias atuais e traçar futuros possíveis (*o futuro que queremos*) junto à comunidade afro-brasileira, comunidade do território e sensibilizando a sociedade como um todo para o tema. Integra sua missão institucional a ideia de transformar o entendimento do que é ser homem negro e mulher negra no Brasil, “afetando e empoderando as comunidades afro-brasileiras pela garantia do direito de conhecer, preservar e disseminar sua história de afirmação e resistência a partir do território físico e simbólico do Cais do Valongo e seu entorno” (JOSEPH, 2019).

Trata-se, portanto, de um museu que quer fazer serem ouvidas histórias e memórias pelas vozes de seus protagonistas. Narrativas desenvolvidas de baixo-para-cima, em abordagem democrática e contra-hegemônica que problematiza historiografias oficiais, buscando a construção da História daqueles que nunca tiveram direito à História¹³.

2. Educação no MUHCAB: Diretrizes e abordagens Teórico-metodológicas.

A partir de diagnósticos realizados sobre ações educativas do MUHCAB, viu-se, neste momento da pesquisa, a necessidade de desenvolver abordagens conceituais e metodológicas voltadas à constituição do seu Programa Educativo e Cultural. Parte-se da ideia de que as ações educativas não se restringem a um setor específico, elas são pensadas e desenvolvidas de forma articulada com as outras

¹³ Fazemos aqui alusão ao historiador Pierre Nora (2009) quando, no artigo “Memória: da liberdade à tirania” publicado na revista *Musas*, o autor discute conceitos como verdade, memória e patrimônio, apontando reflexões sobre a História, que sempre esteve nas mãos de poderosos, profissionais ou autoridades intelectuais, e a Memória, que “anda de mãos dadas com as prerrogativas das formas populares de protesto”, de fato “a História daqueles que não tinham nenhum direito à História”.

áreas programáticas, desde Programa de Pesquisa, de Acervo, de Capacitação, de Exposição, de Comunicação, entre outras definidas no Plano Museológico. E, nesse sentido, concordamos com Maria Célia Santos, quando afirma:

O que é mais importante compreender é que todas as ações museológicas devem ser pensadas e praticadas como ações educativas e de comunicação, mesmo porque, sem essa concepção, não passarão de técnicas que se esgotam em si mesmas e não terão muito a contribuir para os projetos educativos que venham a ser desenvolvidos pelos museus, tornando a instituição um grande depósito para guarda de objetos. (SANTOS, apud. IBRAM, 2016)

A proposta educacional do MUHCAB está ainda relacionada ao diálogo da instituição com os pressupostos da Museologia Social, que tem um de seus primeiros marcos a Declaração de Santiago (ICOM) em 1972. A partir do legado da Mesa de Santiago, a ideia de Educação Museal ganha a concepção de um compromisso com a realidade social e as ações educativas dos museus passam a ter o objetivo “de construir uma educação comprometida com a transformação social. No processo de aprendizagem, não basta saber o que são os bens musealizados do museu, é preciso compreender seu contexto social junto a uma consciência crítica e abrangente da realidade que o cerca.” (IBRAM, 2016)

Memória e poder é um par que dança junto nos museus (CHAGAS, 2009, p. 45). O museólogo Mario Chagas ressalta ainda que: se, por um lado, há museus celebrativos da *memória do poder*, por outro existem aqueles voltados para o trabalho com o *poder da memória*. Estes não se resumem ao reconhecimento do poder da memória, não se interessam apenas pelo aumento do acesso aos bens culturais acumulados, mas visam, sobretudo, “socializar a própria produção de bens, serviços e informações culturais” (CHAGAS, 2009, p.65). É nesta ótica que o MUHCAB deve direcionar suas ações.

Ao levar em consideração esse enfoque da museologia socialmente responsável e desenvolvimento de práticas emancipatórias, o Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB) aponta para um desafio do ponto de vista educativo: “transformar o entendimento do que é ser negro no Brasil”, aspecto basilar, já que norteia sua missão institucional. Fazer referência ao “entendimento do que é ser negro no Brasil” implica abordar o pensamento social formado a partir da história, das práticas e das identidades plurais do povo afro-brasileiro; por essa razão, o Programa Educativo e Cultural do MUHCAB, no seu processo de construção

conceitual e operativa, leva em conta três princípios conceituais, advindos da psicologia social, sendo o arcabouço de suas linhas programáticas.

Figura 1. Princípios conceituais do Programa Educativo e Cultural do MUHCAB



2.1. Princípio 1: Representações e práticas sociais

O pensamento social é a forma como os diferentes grupos humanos constroem conceitos sobre objetos e situações determinadas. Trata-se de um pensamento que não se rege pela lógica científico-racional, que busca verdade científica, mas pela lógica da interação. Por isso, através das conversas cotidianas é possível evidenciar elementos cognitivos compartilhados pelos grupos. Autores como Rouquette (1994) fazem alusão ao pensamento social como a cara e a coroa de uma mesma moeda: numa face se encontram os processos cognitivos e na outra os processos comunicacionais.

No que diz respeito ao primeiro princípio conceitual do Programa Educativo e Cultural do MUHCAB, no qual “as representações são condição das práticas e as práticas são agentes transformadores das representações”, o mais importante é

ressaltar que estamos fazendo referência a representações sociais, não individuais, ou seja, construídas no quadro da ação comunicativa dos grupos.

Os grupos não constroem representações sociais sobre todos os objetos da realidade. Como explica Sá (1995), para que exista uma representação social é necessário que o objeto cumpra seis condições: 1) que gere discussões no grupo; 2) que seja um tema relevante do ponto de vista social; 3) que propicie posicionamentos e julgamentos; 4) que contribua para a diferenciação intergrupala; 5) que se trate de um conhecimento estruturado; e 6) que esteja associado às práticas desenvolvidas pelo grupo.

Essa sexta condição explica por que as representações sociais são condição das práticas e estas, por sua vez, são agentes transformadores das primeiras. Em outras palavras, a forma como um grupo pensa um objeto está diretamente associada às práticas que esse grupo desenvolve. Na medida que as práticas sociais desenvolvidas por esse grupo mudarem, se transformará também a representação social, porque se trata de uma relação simbiótica entre pensamento e ação.

Extrapolado esse princípio psicossocial ao Programa Educativo e Cultural do MUHCAB, seria possível mapear o impacto das linhas programáticas ao longo do tempo, abordando os elementos cognitivos dos diferentes públicos associados ao “entendimento do que é ser negro no Brasil”, assim como as práticas que esses públicos desenvolvem quando entram em contato com os processos educativos propostos. No entanto, é importante reforçar que se trata de um processo que demanda acompanhamento e monitoramento contínuos.

2.2. Princípio 2: Tensão dialógica

Ao analisar o primeiro princípio norteador do Programa Educativo e Cultural do MUHCAB, é possível evidenciar que ele se localiza no âmbito conceitual, na medida em que recorreremos à teoria das representações sociais com o propósito de entender a relação entre a forma como os grupos pensam um objeto e as práticas decorrentes desse pensamento socialmente construído, materializado na forma como as pessoas se expressam no cotidiano.

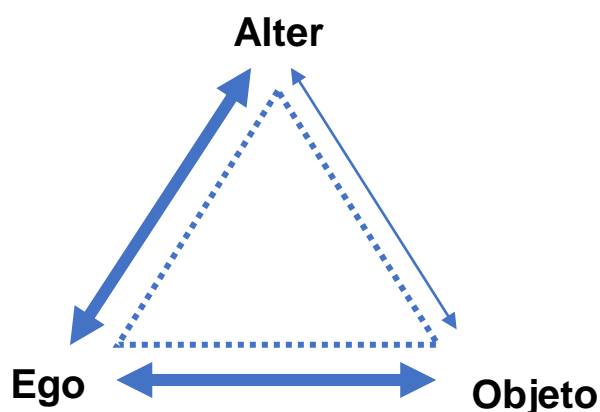
Nessa mesma linha conceitual, o segundo princípio possibilita elementos para entender que um processo educativo que vise mudar uma representação social

específica deve levar em consideração que essa mudança se dará no campo interacional.

Assim como podemos fazer referência a uma sociedade como sistema econômico ou político, também podemos fazer alusão a ela como um “sistema de pensamento” (MOSCOVICI, 1961). Nesse sistema, não existe uma relação dual entre um sujeito que conhece um objeto e um objeto que é cognoscível e conhecido por esse sujeito (epistemologia tradicional), mas uma relação triádica entre um sujeito (Eu), um objeto e o outro (Alter). Como mostra a Figura 2, esses três elementos constituem a unidade orgânica indivisível do que veio a se denominar epistemologia interacional ou relacional – a base do modelo educativo do MUHCAB.

Esse enfoque relacional triádico, associado às representações sociais, demonstra que elas são “construídas pelo sujeito e pelo outro (indivíduo, grupo, classe, etc.) face a um objeto, pela ação comunicativa de interlocutores em um contexto social e dentro de um horizonte temporal” (CASTORINA, 2016, p. 86). É importante ressaltar que a ação comunicativa se caracteriza por emergir no quadro de relações de assimetria e tensão dialógica (MARKOVÁ, 2006).

Figura 2. Modelo da epistemologia interacional



Fonte: Echeverri¹⁴, 2020

¹⁴ Georgie Echeverri é doutor em Psicologia Social pela UERJ. Foi pesquisador e mediador cultural do Museu do Samba, onde por quase 6 anos atuamos na equipe técnica responsável pelo desenvolvimento do Programa Educativo do museu. O diálogo entre educação patrimonial e psicologia social integrou esse processo, o que nos permitiu ver seu impacto positivo na comunicação entre museu e seus públicos quando se buscam processos participativos e de mudança social. Para informações mais detalhadas, ver Echeverri; Santos; Andrade(2019) e Santos;Echeverri(2020).

Essas relações de assimetria e tensão, que aparecem nas setas da Figura 2, são os eixos transversais das ações educativas que visam à mudança de representações sociais/ou práticas sociais.

Do ponto de vista da relação *Ego-Alter*, evidenciam-se tensões identitárias, tendo em vista que na missão institucional do MUHCAB se faz referência ao “entendimento do que é ser negro”. Do ponto de vista *Ego-Objeto*, surgem pontos de vista divergentes sobre objetos que podem ser controversos – a memória da escravidão, por exemplo –, criando-se dessa forma uma polifonia necessária e saudável para a convivência democrática. Sendo assim, qualquer que seja a ação educativa desenvolvida pelo Programa Educativo e Cultural, ela estará localizada dentro do triângulo relacional proposto pela epistemologia interacional.

Esse segundo princípio norteador, segundo o qual o processo de mudança de uma representação social é histórico, dialógico e tensional, nos conecta com a mudança social não apenas como anseio, mas como resultado da implementação de ações comunicativas estrategicamente planejadas.

2.3. Princípio 3: Educomunicação para a mudança social

O MUHCAB, em sua visão institucional, pretende se tornar “referência museal mundial pelo impacto social para a população afro-brasileira e do território do entorno”. Traduzido para uma linguagem psicossocial, estamos nos referindo ao conceito de mudança social. Nessa perspectiva, o terceiro princípio norteador do Programa Educativo e Cultural contempla essa mudança partindo da comunicação como estratégia.

É importante ressaltar que nesse contexto a comunicação não se restringe a ações de divulgação, como habitualmente é compreendida, mas a um processo educativo que funciona como espiral ascendente com todos os públicos do MUHCAB, se utilizando de linguagens e ferramentas comunicacionais.

Os estudos clássicos sobre psicologia social (MOSCOVICI, 2011) evidenciam que a mudança social é liderada por grupos – não necessariamente majoritários – a partir da combinação de estratégias sincrônicas e diacrônicas de comunicação. Essa combinação caracteriza-se pela consistência, que é 1) sincrônica, se houver

percepção de coerência e 2) diacrônica, se acontecer repetição sistemática. Entretanto, não basta comunicar para conseguir a consistência que conduz à mudança, nem é possível atingir essa consistência apenas por meio de um processo de educação convencional.

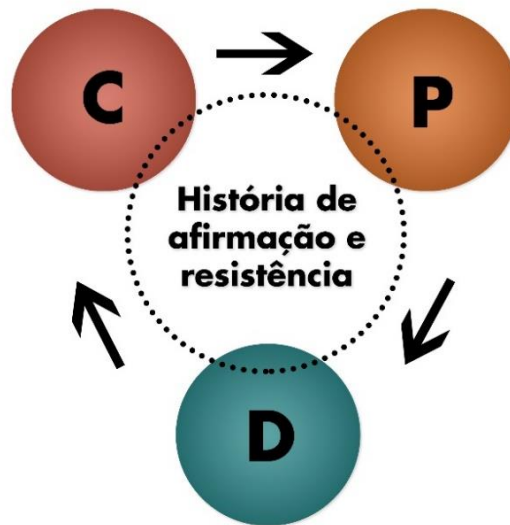
Conforme aponta Soares (2013), é preciso se distanciar das perspectivas tecnicistas, conteudistas ou funcionalistas da comunicação e da educação, e entrar no “novo paradigma da interface comunicação-educação, que passa a ser assumida como um espaço de agir coletivo, voltado essencialmente para a cidadania e além da lógica do mercado” (p. 185). Essa interface entre comunicação e educação é o que se denomina educomunicação. Dito de forma prática e congruente com a visão institucional, o Programa Educativo e Cultural do MUHCAB se embasará na potência dos processos de educomunicação (CASTRO-LARA, 2011) como estratégia que aponta para a mudança social através das linhas programáticas que compõem o denominado modelo educucomunicativo.

3. Modelo educucomunicativo do MUHCAB

O MUHCAB, na sua missão institucional, apresenta o desafio de “transformar o entendimento do que é ser negro no Brasil”, e aponta para três ações basilares que se conectam na materialização desse propósito: 1) conhecer, 2) preservar e 3) disseminar a história de afirmação e resistência do povo afro-brasileiro.

Nessa perspectiva, o Programa Educativo e Cultural do MUHCAB torna-se basilar na materialização da missão institucional, porque aponta para processos de transformação do pensamento social por meio de uma estratégia integral de intervenção educucomunicativa. Essa estratégia deve ser idealizada a partir do conhecer-preservar-disseminar (CPD) como modelo cíclico de educação museal (Figura 3), traçando uma rota de pesquisa-ação participativa construída **com e para** os diferentes públicos, de baixo para cima.

Figura 3. Modelo conhecer-preservar-disseminar do MUHCAB



É importante lembrar que a pesquisa-ação participativa visa transformar condições sociais específicas de um grupo humano, fazendo com que sejam os membros desse coletivo os protagonistas que liderem as mudanças desejadas.

É nesse quadro epistemológico, no qual o pesquisador cumpre o papel de facilitador e catalizador de processos de mudança, que se insere o Programa Educativo e Cultural do MUHCAB, entendido como motor que impulsiona ações direcionadas à mudança do pensamento social.

3.1. *Dar a ver memórias indizíveis.*¹⁵

Um dos grandes desafios do Programa Educativo e Cultural do MUHCAB consiste em: Como narrar “memórias indizíveis”, de dor indelével, um sofrimento que por vezes não queremos lembrar e que é fruto de um projeto de nação que buscou nos condicionar para não lembrá-las? O legado da escravidão transatlântica marca a sociedade até os dias atuais e se manifestam em estruturas como o racismo, as desigualdades sociais e a violação de direitos humanos. Lidar com memórias sensíveis está fundamentalmente relacionada à perspectiva do trauma.

Essa dor que atravessa a memória sensível dos descendentes faz do trauma da escravidão um processo cultural de base na formação de identidades no pós-abolição. Sem nenhum exagero, e com todo o drama, não há como encarar o Cais do Valongo e permitir que essa dimensão da história se

¹⁵ A expressão é de Gaetano Ciarcia (2011), quando estuda os usos memoriais e patrimoniais do passado escravocrata em Ouidah, no Benin.

dissolva no tempo. [...] Como na maioria dos processos traumáticos, o silêncio é cúmplice, e rompê-lo é um caminho para não deixar que o medo nos paralise. (LIMA, 2016)

Experiências traumáticas têm nas artes um campo profícuo para elaboração e construção de um novo devir, de novas rotas, novos horizontes. A arte é instrumento que contribui tanto para a afirmação de identidades historicamente desvalorizadas como para o questionamento de realidades sociais marcadas por violências diretas e especialmente estruturais. Diante disso e do ponto de vista educacional, temos refletido sobre a construção de mediação vinculada às expressões artísticas. O que significa aliar estrategicamente às narrativas dos mediadores métodos, jogos, princípios do teatro; performances; música; artes plásticas; poesia, entre outros elementos que possibilitem interação entre educador-público de forma dialógica, participativa e humanizada.

Sobre estratégias de comunicação integradas às técnicas teatrais, o que se propõe é uma pesquisa continuada com experimentações criativas por parte da equipe educativa do museu tendo referências como Teatro Experimental do Negro (Abdias Nascimento), outras experiências teórico-metodológicas afro-centradas e também técnicas teatrais voltadas à enfrentamento de sistemas opressores, como práticas emancipatórias de modos dominantes. Neste caso, ressaltam-se os pressupostos do dramaturgo Augusto Boal, a partir do Teatro do Oprimido (especialmente a modalidade Teatro-Fórum), e seu diálogo com a perspectiva educacional de Paulo Freire (Pedagogia do Oprimido), onde o oprimido age, não há vitimização. Ele é o protagonista da mudança: o oprimido é que melhor entende e pode enfrentar uma situação de opressão. Para Boal, o teatro é um “ensaio da revolução”. Nos processos educacionais do MUHCAB, esta é a premissa que deve reger o encontro com os públicos, como possibilidade efetiva de mudanças sociais profundas: como um ensaio, que tem nas artes uma ferramenta aliada.

Considerações finais

“Meu Deus, meu Deus, está extinta a escravidão?”

G.R.E.S. Paraiso do Tuiuti, 2018.

Desde o início de sua concepção, o MUHCAB não consiste em um museu restrito a preservar memórias, mas visa intervir diretamente no tempo presente,

enfrentando os desafios que se apresentam, através de construção participativa, contínua e transformadora junto à sociedade. O Programa Educativo, como parte integrante e elementar da comunicação do museu com seus públicos, é uma das iniciativas mais estratégicas para consecução da missão do museu. E é nesse sentido que entendemos como a potência da consolidação deste Programa contribui para implementação de práticas antirracistas, na promoção de unidade na diversidade e na valorização da cultura afro-brasileira.

Memória, Trauma e Reparação. Lidar com passados traumáticos e sensíveis é um grande desafio presente em várias nações que desenvolvem o processo da Justiça de Transição. No Brasil, ainda há um longo caminho nesse sentido. Justiça de Transição, conforme ressaltado por juristas na área, não se trata de um tipo diferente de justiça, mas a justiça em seu aspecto restaurativo, cujas sociedades transformam a si mesmas em resposta a um período de generalizada violação dos direitos humanos (GENRO; ABRÃO, 2010, p. 23), como é o caso do processo de escravização.

Memória, Verdade e Reparação são pontos determinantes para enfrentarmos nossa realidade, enquanto um país com a história forjada pela marca da escravidão, e traçarmos efetivos caminhos estratégicos para desenvolvimento de uma sociedade mais justa, o que requer o protagonismo das matrizes africanas e afro-brasileiras na nossa memória coletiva.

“E o pranto se fez canto”. Canto de raças, de liberdade, de resistência, de luta, de protagonismo negro, de diversidade, de reconhecimento, de mudança social, de decisões coletivas e (ou) de rotas outras. O Programa Educativo e Cultural do MUHCAB está sendo desenhado para fomentar e difundir práticas educacionais emancipatórias e inclusivas voltadas à história de afirmação e resistência do povo afro-brasileiro, tornando-se assim espaço criativo e democrático para, no afeto, construir um novo devir pós-colonial.

Bibliografia e Fontes

Fontes Primárias

MUHCAB/IHCAB. **Relatório de Atividades 2019/2020**. Secretaria Municipal de Cultura, Rio de Janeiro: Mar. 2020.

NOGUEIRA, Nilcemar. **Relatório de Gestão Anual 2017**. Secretaria Municipal de Cultura, Rio de Janeiro: Nov. 2017.

NOGUEIRA, Nilcemar. **Relatório de Gestão Anual 2018**. Secretaria Municipal de Cultura, Rio de Janeiro: Dez. 2018. Disponível em: <<http://www.pcrj.rj.gov.br/web/smc/exibeconteudo?id=9189437>> Acesso em: 24 mar.2020.

NOGUEIRA, Nilcemar. Por um museu sobre a verdade. **O Globo**, 22 jan. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/por-um-museu-sobre-verdade-2080607>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

_____. **Apresentação Museu da História e da Cultura-Afro-brasileira (MUHCAB)** 2019. Fundação Casa de Rui Barbosa, 9 maio 2019.

RIO DE JANEIRO (Município). **Decreto nº 34.803**, de 29 de novembro de 2011. Criado Circuito histórico e arqueológico da celebração da herança africana e o Grupo de Trabalho Curatorial do Projeto Urbanístico, Arquitetônico e Museológico do circuito Disponível em: portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/decretos/d34803.pdf. Acesso em: 28 mar. 2020.

UNESCO. **PRODOC 914BRZ4022**. PERFIS:

- Planejamento Territorial e Desenvolvimento dos Princípios de Design do Museu de Território/MUHCAB – Maria Eugênia França Leme Joseph;
- Diagnóstico do Estado de Conservação – Cristina Lodi e Greice Paz;
- Desenvolvimento do Plano Museológico para o Museu de Território – Clarisse Rosa Dias de Jesus;
- Desenvolvimento do plano de disseminação e participação comunitária – Renata Tavares Furtado;
- Curadoria Científica e Projeto de Conteúdo para o Museu de Território – MUHCAB (Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira), Centro de Interpretação do Valongo – Martha Campos Abreu;
- Sustentabilidade – Levisky Negócios & Cultura.
- Educação Patrimonial – Desirree dos Reis Santos
- Gestão de Acervos, Museologia – Laura Ghelman

Bibliografia

- ABREU, Martha; GURAN, Milton; MATTOS, Hebe. Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.27, n° 54, 2014.
- ABREU, Martha; LIMA, Mônica. **Proposta de Sinalização dos Lugares de Memória da História e Cultura Afro-brasileira na região do Cais do Valongo**. Rio de Janeiro, RJ, Abr.2019.
- ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, C.; DODEBEI, Vera (Org.). **Memória e novos patrimônios**. Marseille: OpenEdition Press, 2015.
- ALVES, J.A. Lindgren. A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 45, n. 2, p. 198-223, Dez. 2002.
- ARAUJO, Ana Lucia. **Memoires de l'esclavage et de la traite des esclaves dans l'Atlantique Sud: enjeux de la patrimonialisation au Brésil et au Bénin**. 2007. Tese (Doutorado em História) – Université Laval, Québec, 2007.
- _____. Caminhos Atlânticos: memória, patrimônio e representações da escravidão na Rota dos Escravos. **Varia Historia**, BH, v.25, n.41, p.129-148, jan./jun. 2009.
- _____. **Public memory of slavery: victims and perpetrators in the South Atlantic**. Amhers, NY: Cambria Press, 2010.
- _____. **Politics of Memory: Making slavery visible in the Public Space**. NY: Routledge, 2012.
- ARAUJO, Maria Paula N.; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: Implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n.79, p. 95 -111, 2007.
- BRASIL. IBRAM. **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília, DF: IBRAM, 2018.
- BRASIL. IBRAM. **Plano Nacional de Educação Museal – PNEM**. Brasília, DF: IBRAM, 2017.
- BRASIL. IBRAM. **Subsídios para a Elaboração de Planos Museológicos**. Brasília, DF: IBRAM, 2016.
- BOAL, Augusto. **Hamlet e o Filho do Padeiro: Memórias Imaginadas**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. “Paulo Freire, meu último pai”. In: *Pátio – Revista Pedagógica*. Porto Alegre, ano I, n.2, ago/out, 1997.

_____. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

_____. **Técnicas Latino-Americanas de Teatro Popular**: Uma revolução copernicana ao contrário. São Paulo: Hucitec, 1979.

CASTORINA, Antonio. El significado del marco epistémico en la teoría de las representaciones sociales. **Cultura y representaciones sociales**, v.11, n.21, p.79-108, 2016.

CASTRO-LARA, E. El paradigma latinoamericano de la Educomunicación: El campo para la intervención social. **Metacomunicación**, 1, 117-128, 2011.

CHIVALLON, Christine. **L’esclavage: du souvenir à la mémoire**. Paris: Karthala, CIRESC, 2012.

CIARCIA, Gaetano. Dar a ver memórias indizíveis. O presente do passado da escravidão em Ouidah, Benin. Trad. Daniela Novelli, Rev. Paula Zanardi e Fernando Scheibe. **História Unisinos**, Vol. 15 Nº 3 - setembro/dezembro de 2011.

DOPCKE, Wolfgang. Reflexões sobre a Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, a Intolerância Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 44, n. 2, p. 26-45, Dez. 2001.

DOSSIÊ da Candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio Mundial (versão português). Rio de Janeiro: IPHAN, Prefeitura do Rio de Janeiro, 2016.

GENRO, Tarso; ABRÃO, Paulo. Justiça de Transição no Brasil: A dimensão da Reparação. In: **Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro**: estudos sobre Brasil, Moçambique, Peru e Portugal. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010.

ECHEVERRI, Georgie ; SANTOS, Desirree; ANDRADE, Regina. Moscovici y Pichon-Rivière: diálogo posible entre la psicología social y la educación patrimonial. **Revista Cultura de Paz**, n.3, p.117-131, 2019.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FRANÇA, Rodrigo. **O Pequeno Príncipe Preto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 50 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GILROY, Paul. **Atlântico Negro**. 2 ed. Trad. Knipel Moreira. Rio de Janeiro: Ed. 34; Centro de Estudos Afro-Asiáticos/UCAM, 2012.

GRINBERG, Keila. **O Fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Patrimonialização e valor simbólico: o “Valor Excepcional Universal” no Patrimônio Mundial. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2015, João Pessoa. **Anais XVI ENANCIB 2015, GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação**. João Pessoa: ANCIB; PPGCI-UFPB, 2015. p. 1-19.

LIMA, Mônica. Eu quero passar com a minha dor. In: **Conversas de Historiadoras**, 2016. Disponível em: <https://conversadehistoriadoras.com/2016/03/14/eu-queiro-passar-com-a-minha-dor/>

HEYMANN, Luciana. De "arquivo pessoal" a "patrimônio nacional. In: **Anais do Seminário Pronex Direitos e Cidadanias**. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 1-10.

_____. **O "devoir de mémoire" na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

MARKOVÁ, Ivana. **Dialogicidade e representações sociais: a dinâmica da mente**, trad. de Hélio Magri Filho. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006.

MOSCOVICI, Serge. **La psychanalyse, son image et son public**. Paris, Francia : Presses Universitaires de France, 1961.

ROUQUETTE, M.L. **Sur la connaissance des masses: essai de psychologie politique**. Grenoble, Francia: Presses Universitaires de Grenoble, 1994.

SANTOS, Desirree; ECHEVERRI, Georgie. Cultura afro-brasileira e formação de competências: o desafio da educação patrimonial. **Samba em Revista**, 9, 45-49, 2020.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

_____. Pedagogias das Encruzilhadas. **Revista Periferia: Educação Cultura e Comunicação**, v.10, n.1, p. 71- 88, Jan./Jun. 2018.

_____. Pedagogia das Encruzilhadas: Exu como educação. **Revista Exitus**, Santarém/PA, Vol. 9, N° 4, p. 262 - 289, Out/Dez 2019.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Petrópolis: Brasil: Vozes, 1998.

SÁ, Celso Pereira de. **Estudos de Psicologia Social: história, comportamento, representações e memória**. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2015.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação e as múltiplas tradições de um campo emergente de intervenção social na Europa, Estados Unidos e América Latina, in: J.C. Lima & Marques, J. (Orgs), **Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil - 2012/2013**, (pp. 169-202). Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_panorama_da_comunicacao_v4.pdf

SOEIRO, José. **Um ensaio da Revolução**: Teatro do Oprimido, teoria crítica e transformação social. Disponível em <http://institutoaugustoboal.wordpress.com>

VASSALLO, Simone Pondé; RODRIGUEZ CACERES, Luz Stella. Conflitos, verdades e política no Museu da Escravidão e da Liberdade no Rio de Janeiro. **Horiz. antropol.** vol.25, n.53, pp.47-80, 2019.